

ARTIGO 19

**Relatório Global
de Expressão
2020/2021:
o estágio da liberdade
de expressão
ao redor do mundo**

SUMÁRIO EXECUTIVO EM PORTUGUÊS

A ARTIGO 19 trabalha por um mundo em que todas as pessoas, em todos os lugares, possam se expressar livremente e se engajar ativamente na vida pública, sem medo de discriminação. Duas liberdades interligadas estabelecem a base de todo nosso trabalho. A Liberdade de Falar diz respeito ao direito de todos e todas de expressar e divulgar opiniões, ideias e informações por qualquer meio, bem como de discordar e questionar os detentores do poder. A Liberdade de Saber diz respeito ao direito de exigir e receber informações desses mesmos detentores do poder, para transparência, boa governança e desenvolvimento sustentável. Quando qualquer uma dessas liberdades está sob ameaça, pelo fracasso do poder público em protegê-las adequadamente, a ARTIGO 19 fala a uma só voz, por meio de tribunais, de organizações globais e regionais e da sociedade civil, onde quer que estejamos presentes.

Publicado pela primeira vez pela ARTIGO 19 em julho de 2021

www.article19.org

Copyright do texto e da análise © ARTIGO 19, julho de 2021 (Creative Commons License 3.0)¹

1. Sobre a Licença Creative Commons 3.0: Este trabalho é fornecido sob a licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial – Compartilha Igual 3.0. Você é livre para copiar, distribuir e exibir este trabalho e fazer trabalhos derivados dele, desde que:

- 1) Seja dado crédito à ARTIGO 19;
- 2) Este trabalho não seja usado para fins comerciais;
- 3) Quaisquer trabalhos derivados desta publicação sejam distribuídos sob uma licença idêntica a esta;

Para acessar o texto legal completo desta licença, visite:
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/legalcode>

Relatório Global de Expressão 2020/2021: o estágio da liberdade de expressão ao redor do mundo



Agradecimentos

A ARTIGO 19 agradece a todos e todas que contribuíram para o relatório deste ano e àqueles(as) que estão nos bastidores e sabem da importância das reflexões apresentadas em uma pesquisa como esta. Em um momento de pandemia global, lembramos que este relatório é a soma de muitos esforços, reunindo o trabalho de muitas organizações e ativistas de direitos humanos do mundo todo. Sem vocês, não teríamos o Relatório Global de Expressão.

A jornalista Emily Hart e a estatística Nicole Steward-Streng desenvolvem e disponibilizam as reflexões deste relatório, reunindo e dando sentido a uma vasta gama de dados, experiências e contextos. Emily e Nicole têm trabalhado em estreita colaboração na evolução da métrica de expressão global (GxR) para sua forma atual. Emily realiza uma extensa pesquisa, análise e redação e Nicole gera o conjunto de dados que sustenta a métrica - ajudando-nos a mergulhar em camadas de análise anteriormente difíceis de alcançar.

Todos nossos números são baseados no inigualável conjunto de dados do Instituto V-Dem e trazer tudo isso à vida é fruto da vasta experiência dos escritórios regionais e temáticos da ARTIGO 19 no mundo todo. Obrigado a todos que contribuíram para a edição deste ano.

A equipe de produção foi brilhantemente liderada pela especialista em comunicação Raahat Currim, que montou uma equipe incrível e manteve todos focados em nos conduzir à linha de chegada. Obrigado a Hannah Austin e Angela Yates pelo trabalho detalhado no texto e a Sharon Leese pelo layout de especialista que confere coerência visual no design dos dados.

É graças a todas as pessoas envolvidas que podemos continuar monitorando a liberdade de expressão.

Sobre o Instituto V-Dem e o conjunto de dados

Fundado pelo professor Staffan I. Lindberg em 2014, o V-Dem Institute é um instituto de pesquisa independente que produz um dos maiores esforços de coleta de dados de ciências sociais do mundo, com uma base de dados que contém mais de 28,4 milhões de pontos de dados. Sua sede está localizada no Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo, na Suécia.

Relatório Global de Expressão: Introdução

O Relatório Global de Expressão é uma análise global anual, baseada em dados sobre a liberdade de expressão em todo o mundo. A partir de dados e retrospectivas, analisamos o ano de 2020, nos debruçando sobre como esse direito fundamental se materializou, quais foram as principais tendências e como ele foi afetado pelos eventos globais.

A métrica do Relatório Global de Expressão (a métrica GxR) monitora a liberdade de expressão em todo o mundo. Em 161 países, 25 indicadores foram usados para criar uma pontuação geral de liberdade de expressão para cada um deles, em uma escala de 1 a 100.

A GxR reflete não só os direitos dos (as) jornalistas e da sociedade civil, mas também quanto espaço existe para que cada um de nós, como indivíduos e membros de organizações, possa se expressar e se comunicar; a liberdade de cada pessoa para postar na internet, protestar, pesquisar e acessar as informações de que precisa para participar da sociedade e responsabilizar aqueles que detêm o poder.

Este relatório cobre as muitas faces da expressão: dos protestos de rua às postagens em redes sociais; do direito à informação ao direito de manifestar dissidência política, organizar-se, contestar ou fazer humor. Também considera o direito de expressar-se sem medo de assédio, repercussões legais ou violência.

Cada país recebe uma pontuação, que o coloca em uma categoria de expressão:

Para a metodologia GxR completa, consulte o Anexo 1 ao fim deste relatório; para o conjunto completo de tabelas de dados, consulte o Anexo 2.

	Pontuação GxR	Categoria de Expressão	
	0–19	Em crise	1
	20–39	Altamente Restrito	2
	40–59	Restrito	3
	60–79	Pouco Restrito	4
	80–100	Aberto	5

Em uma pandemia, proteger as pessoas significa proteger a Expressão: então, vamos aproveitar este momento.

Quinn McKew, Diretora Executiva, ARTICLE 19

Difícilmente algum pesquisador conseguirá encontrar uma única pessoa no planeta que não tenha refletido sobre o impacto a longo prazo das restrições impostas durante a pandemia de COVID-19.

Enquanto os governos do mundo todo continuam a enfrentar os desafios de suspender as restrições e reabrir a economia global, todos nós precisamos analisar mais de perto onde se situam os limites entre o benefício e a conveniência. O Relatório Global de Expressão 2021 apresenta dados irrefutáveis sobre como a pandemia levou o mundo a um ponto de inflexão em que governos e atores privados enfrentam uma escolha difícil. Eles devem se comprometer com a construção de um mundo baseado no direito à expressão e à informação ou se tornar espectadores do rápido declínio das liberdades que sustentam as sociedades fortes e engajadas. Em um mundo globalizado, este é um ponto de inflexão muito significativo. Quando todos nós aprendermos a lidar com o choque econômico pós-pandemia e as desigualdades sociais recentemente reveladas, seremos capazes de proteger e ampliar o direito à expressão e o direito à informação, que impulsionarão a profunda mudança que sabemos ser necessária.

Em um período de crise de saúde pública, os governos têm o dever fundamental e a obrigação legal de serem transparentes sobre suas escolhas e decisões e de proteger a vida das pessoas. Isso significa garantir que os profissionais de saúde tenham acesso a informações globais precisas sobre a doença, informar e educar a população sobre a pandemia e garantir que os dados de saúde estejam acessíveis a todos e todas - sem exceção. Simplesmente não há nenhum argumento que possa apoiar as escolhas que deixaram - e continuam a deixar - milhões de pessoas sem informações essenciais que podem salvar vidas. No entanto, esses argumentos prevaleceram porque nossos direitos estavam sob ataque muito antes da chegada da pandemia: o estado da democracia global vem se deteriorando há pelo menos uma década. Sabemos que a expressão é o ponto mais sensível quando se trata de ataques aos nossos direitos, e certos estados e outros atores usaram a pandemia praticamente como uma carta branca para acelerar esses ataques e até mesmo induzir antigos "defensores" da expressão a adotar políticas retrógradas. O poder odeia prestar contas: por isso vimos os ataques a jornalistas e a censura online se intensificarem em muitos países. O ponto de inflexão requer uma decisão - recuar nos processos de autocratização que sempre começam com ataques à mídia e às vozes independentes. Requer que estejamos alertas para o subsequente enfraquecimento das instituições e processos democráticos.

Durante 2020, a participação pública ficou em segundo plano: os governos tomaram decisões sem fazer consultas, enfraqueceram a supervisão, centralizaram os poderes e limitaram a prestação de contas. Foi flagrante o uso que os governos fizeram da pandemia para revitalizar um antigo arsenal de ferramentas para reprimir a expressão, incluindo a proibição total de protestos, a censura e a suspensão do direito a mecanismos de informação.

“Dois terços da população do planeta não podem se expressar livremente, mais do que em qualquer momento na última década. Em 2020, a pontuação global também atingiu o ponto mais baixo desde 2010.”

Sem nunca desperdiçar as oportunidades de uma crise, os autocratas e os populistas continuaram a atacar as vozes dissidentes e a minar as democracias. Suas políticas de controle vieram ao encontro da pandemia perigosamente, e medidas de saúde pública foram usadas indevidamente para limitar e suprimir reportagens críticas e oposição política — especialmente em torno de eleições. A Guiné e a Bielorrússia fornecem exemplos particularmente desoladores de ocultamento de informações sobre manipulação e violência em votações importantes — e também apresentaram duas das maiores quedas na pontuação GxR em 2020. Os autocratas populistas da Índia e do Brasil continuam destruindo as instituições democráticas e os direitos humanos em seus países (ambos com a pontuação GxR em queda livre), situação que se mostra

“A democracia continuou a ser ameaçada por ataques à imprensa livre, com dois terços de todos os países impondo restrições à mídia em relação à pandemia.”

particularmente desastrosa para a saúde pública e a vida das pessoas. A deterioração mais gritante na pontuação GxR veio dos dados sobre liberdade de reunião e participação pública na tomada de decisões. Por razões bem e mal-intencionadas, os governos procuram eliminar a principal ferramenta usada pelas pessoas para exigir a prestação de contas: o direito de protestar.

Enquanto os protestos continuam a mostrar sua influência na promoção de mudanças e no aumento de consciência, as respostas dos governos a eles se tornaram cada vez mais brutais e repressivas, muitas vezes usando-os como desculpa para implementar medidas enérgicas mais amplas contra a oposição. Países como a Bielorrússia e a Tailândia viram grandes quedas em sua pontuação GxR depois que os movimentos de protesto em 2020 encontraram respostas repressivas do estado tanto nas ruas quanto no legislativo e nos tribunais. A pandemia expôs e aprofundou rachaduras em nossos sistemas de governo: a dependência de forças de segurança e de táticas policiais violentas, a disseminação deliberada de desinformação na internet e os fracos esforços para responder ao problema, juntamente com o aumento da vigilância,

enquanto as autoridades continuam a forçar as pessoas a baixarem aplicativos que coletam dados altamente confidenciais sem garantias de privacidade adequada e proteção de dados. O desmantelamento dos princípios básicos da transparência não reduzirá as desigualdades reveladas pela crise da saúde: ao contrário, certamente as aprofundará. As raízes da política populista e sua entrada no mainstream - mal-estar social profundo e desencanto com os sistemas políticos estabelecidos - não levaram a lugar algum, e o mundo legado pela pandemia verá divisões crescentes na sociedade à medida que aqueles que fracassam devido aos sistemas políticos e econômicos apelam para bodes expiatórios, populistas, conspirações e promessas nebulosas de retorno ao poder.

É hora de recuperar e reconstruir

“

“Ao reconstruir nossas relações com o governo, a mídia, a academia e as artes, devemos exigir nosso direito de saber e de falar – na internet, nas ruas, onde quisermos. E devemos nos fazer ouvir.”

Como o direito à liberdade de expressão costuma ser o primeiro ponto de referência para os autocratas que buscam erodir a democracia e consolidar o poder, ele também deve ser nosso refúgio no ambiente hostil de

direitos humanos em que nos encontramos. À medida que os efeitos duradouros da pandemia se tornarem mais explícitos, não só precisaremos reverter rigorosamente todas as restrições que nos foram aplicadas e rejeitar a vigilância que nos foi imposta durante 2020, mas também sanar as rachaduras que existiam muito antes. Isso significa lidar com as falhas dos sistemas econômicos e políticos que permitiram que indivíduos isolados assumissem o controle de recursos e instituições e que deixaram muitas pessoas à margem em termos de oportunidades econômicas e inclusão política. Significa também abordar as crises que podem ser facilmente esquecidas, mas que não foram interrompidas com a pandemia, como a crise climática, que segue inabalável, assim como as que impulsionam os conflitos e migrações. Significa olhar para o impacto iminente do que tem sido chamado de “a Grande Aceleração”, resultante de uma economia digital dinâmica potencializada pela inteligência artificial (IA). Para lidar com essas questões, precisamos de mais vozes, não menos. Precisamos de mais informações, não menos. Precisamos de clareza e autenticidade, não de mentiras e enganos. Precisaremos do pleno gozo dos direitos humanos para reconstruir um mundo melhor, tendo a liberdade de expressão e de informação como alicerces desse futuro.

A falsa escolha entre o direito de expressão e a saúde pública - e entre o direito de expressão e a recuperação econômica - deve ser rejeitada por completo, por não considerar que o primeiro apoia e fortalece a segunda. Essas palavras não são frases de efeito: são palavras de ordem para soluções que irão beneficiar a todos. Apesar dos números sombrios do GxR neste ano, nos

bastidores há muito o que elogiar e admirar no trabalho que centenas de organizações estão fazendo, que beneficia todos nós. Houve grandes avanços na alfabetização midiática e nos apelos por proteção a jornalistas. Mas a impunidade ainda é um grande problema e o silenciamento de vozes dissidentes ainda constam firmemente nos manuais dos detentores do poder. Cabe a nós continuarmos a trabalhar juntos e juntas para chamar a atenção para isso, onde quer que aconteça.

O caminho de volta da pandemia será lento, e, por isso, precisamos agora nos preparar para um futuro mais engajado. Isso significa constituir parlamentos, demandar inquéritos públicos oportunos e robustos e reconhecer onde residem as falhas coletivas. Isso requer transparência radical e a séria intenção de reparar os declínios de expressão que testemunhamos na última década.

“

“Em cada comunidade, em cada país - se quisermos abordar os sérios desafios globais que enfrentamos - a expressão deve estar no centro das novas relações de poder.”

As organizações internacionais de direitos humanos não conseguem impulsionar essa mudança sem um envolvimento mais amplo de todos nós. Nosso papel é garantir que

informações como a análise que compartilhamos aqui no GxR alcancem o maior público possível, mas combinadas com oportunidades de engajamento com a mudança. Convido vocês a refletirem sobre as ramificações deste relatório e avaliarem onde podem estar essas oportunidades. Uma área crítica a ser abordada é a de investimento significativo e ação continuada para fazer da Expressão um meio para fortalecer a saúde pública, impulsionar uma ação rápida contra a crise climática e apoiar a recuperação econômica. Estamos em um momento crítico. Tal como acontece com as mudanças climáticas e a redução da pobreza, desviar o olhar não é uma opção. Com um esforço global renovado para focar na liberdade de expressão, podemos - e iremos - ter sucesso na reconstrução de um mundo em que os direitos são respeitados e o poder é controlado; um mundo mais seguro, saudável e igual para todos e todas.

Visão global

“ **Dois terços da população mundial – 4,9 bilhões de pessoas – vivem em países classificados como altamente restrito ou em crise**

O ambiente global continua em declínio – está na pontuação mais baixa na década. E ainda mais preocupante, no ano de 2020 observam-se quedas significativas nos indicadores de protesto e participação pública – dois elementos-chave da liberdade de expressão e da democracia como um todo.

As sementes da resposta global à COVID-19 foram plantadas ao longo da última década, com ambientes de expressão rígidos, atitudes isolacionistas, governos populistas hostis ao jornalismo e à ciência, e erosão do engajamento e confiança multilaterais.

A pandemia atingiu um mundo já repleto de censura e difamação da dissidência e oposição política – a pior situação global de expressão na década. Sobre essas bases, foi construída uma resposta de governo que encerrou a discussão e o escrutínio públicos e aprofundou a desigualdade. Muitos governos usaram a crise sanitária como pretexto para controlar ainda mais a expressão – na internet, na mídia e nas ruas – exatamente no momento em que mais precisávamos dela.

A liberdade de expressão foi a maior perda dos direitos humanos com a pandemia: dois terços dos países do mundo todo impuseram restrições à mídia; muitos implementaram estados de emergência contrários aos padrões dos direitos humanos; e o

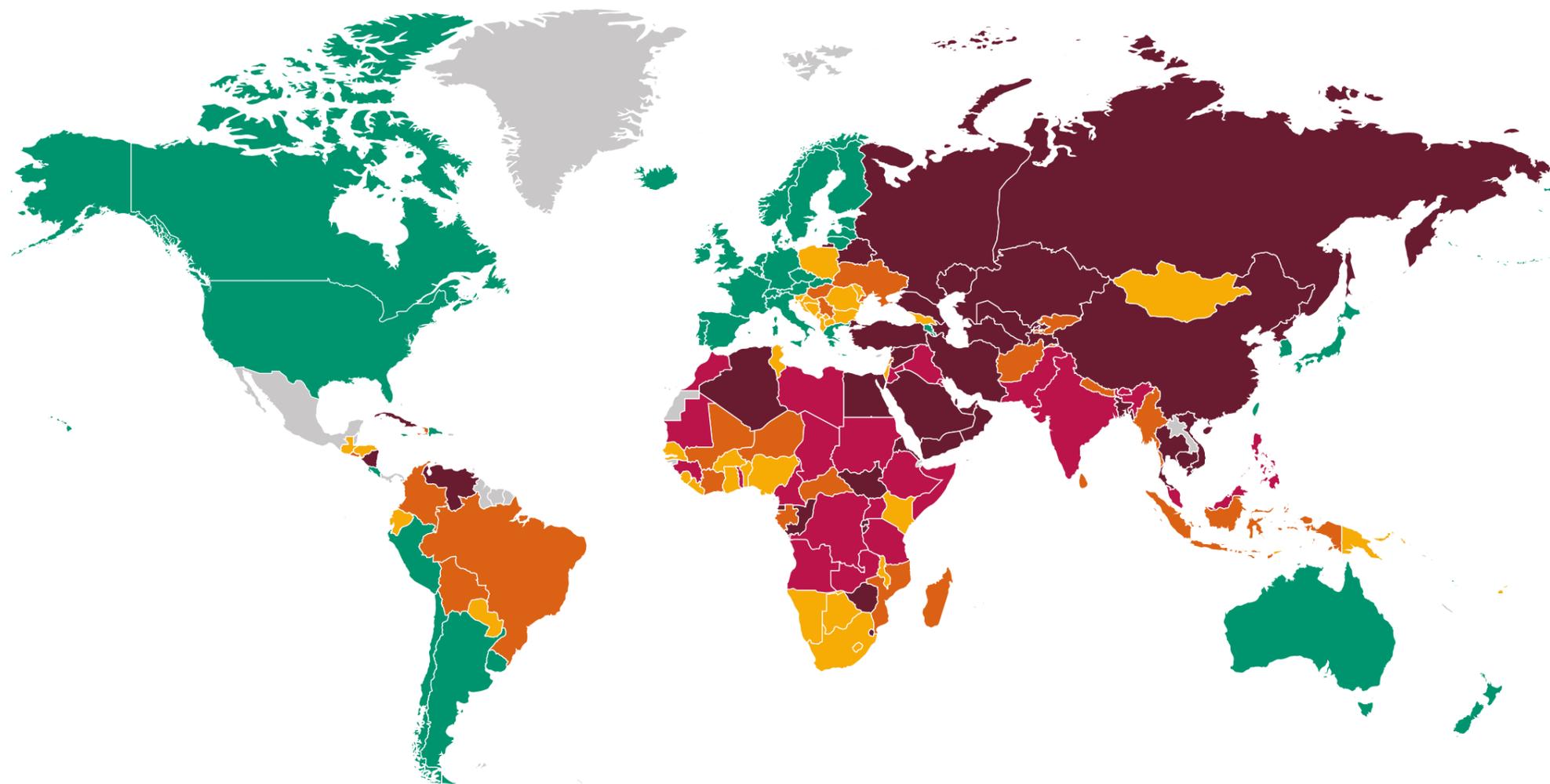
fluxo de informações ficou sob controle rígido, já que muitos governos se interessaram mais em controlar a narrativa em torno da pandemia do que a pandemia em si.

O estado global da liberdade de expressão continua a se deteriorar e está na pontuação mais baixa da década. E, ainda mais preocupante, 2020 viu quedas significativas nos indicadores de protesto e participação pública – dois elementos-chave da liberdade de expressão e da democracia como um todo.

A liberdade de expressão global continua em declínio e atingiu o nível mais baixo da década.

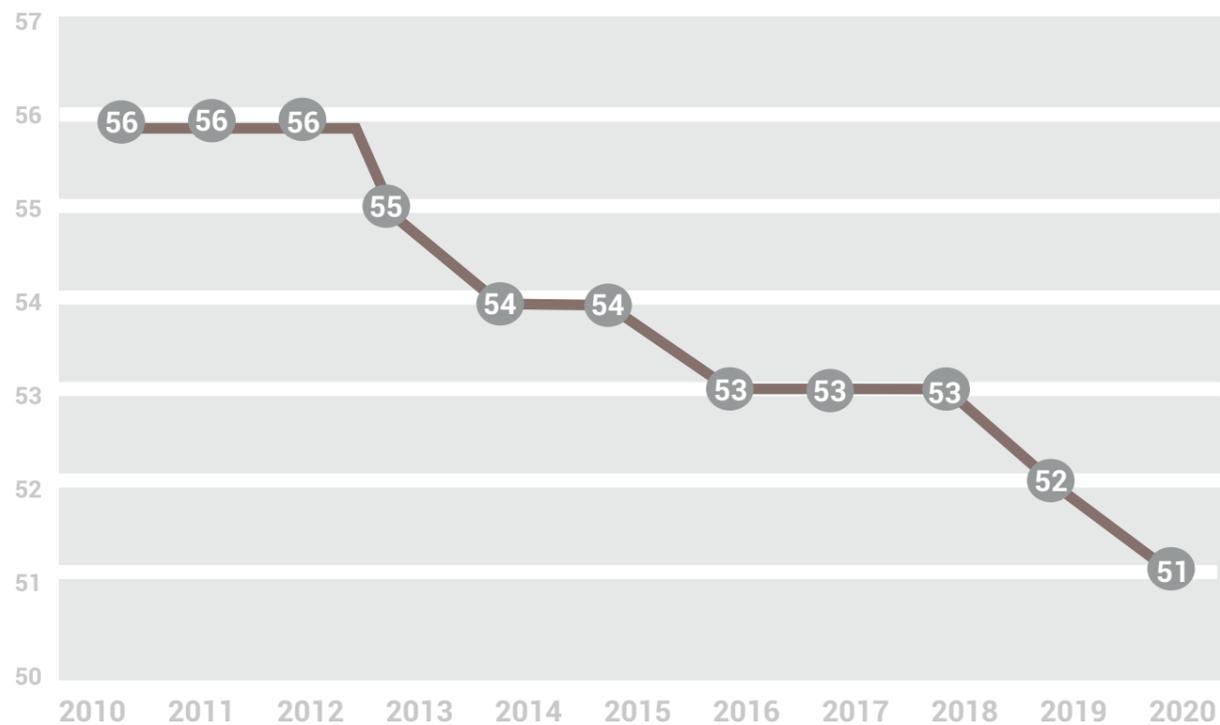
Pontuações Globais

Categoria

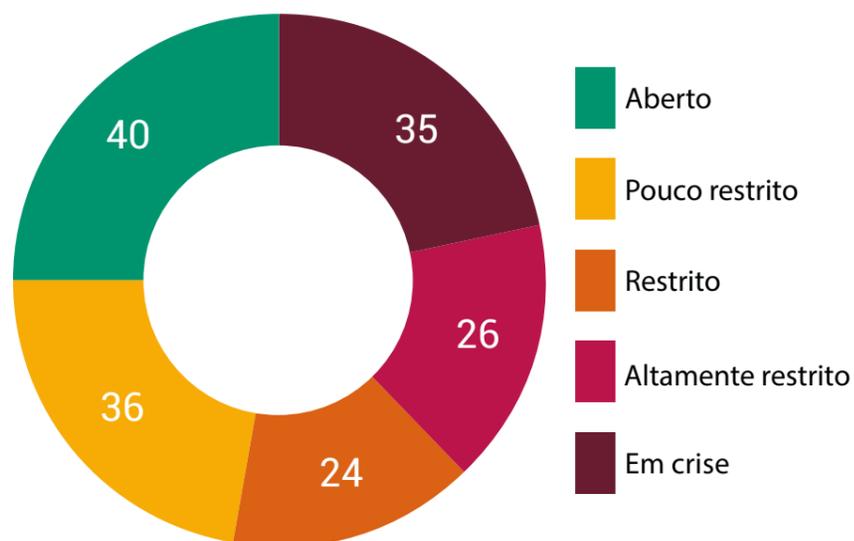


Pontuação GxR Global

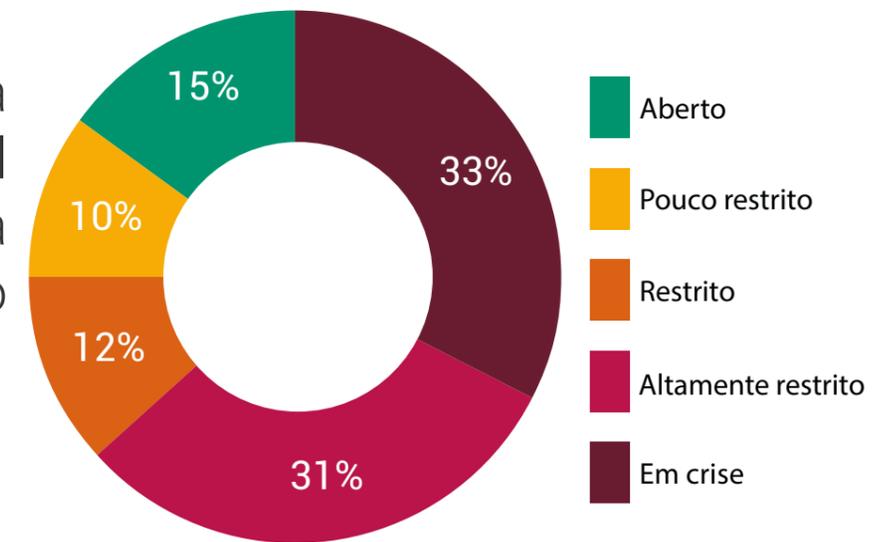
Dois terços da população mundial (4,9 bilhões de pessoas) vivem em países classificados como altamente restrito ou em crise, mais do que em qualquer outro momento da última década. Embora o número de países nessas categorias tenha aumentado em apenas sete desde 2010, o percentual correspondente da população global aumentou dramaticamente – de 32% em 2010 para 64% em 2020.



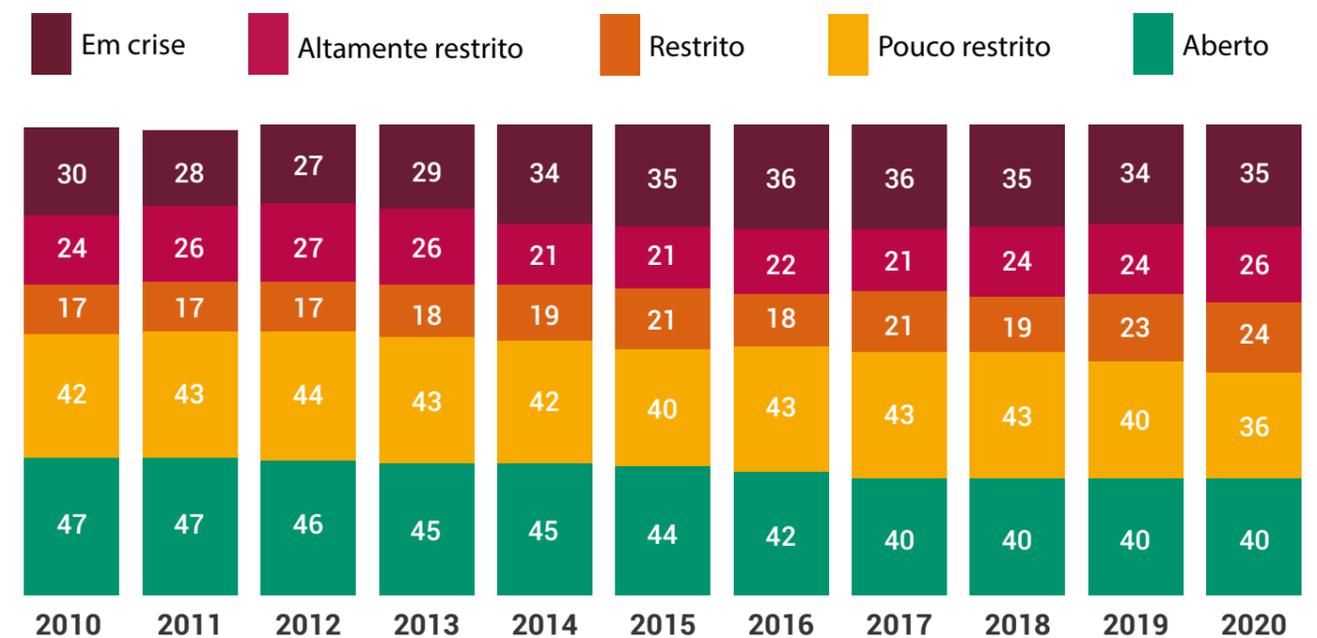
Número de países por categoria de expressão



Percentual da população global por categoria de expressão



Número de países em cada categoria de expressão 2010-2020



Ao longo da última década, um total de 44 países estiveram em crise, e apenas dez conseguiram sair da categoria (ainda que apenas temporariamente) depois de entrarem nela.

Há muito mais pessoas vivendo em países com declínio do que em países com avanços na liberdade de expressão. Sete países — que somam uma população de 72 milhões de pessoas — tiveram declínio significativo no ambiente geral de expressão entre 2019 e 2020. Apenas um país teve avanço significativo.

Avanços significativos na pontuação

2019–2020		2015–2020		2010–2020	
República Dominicana	+14	Gâmbia	+57	Tunísia	+67
		Maldivas	+31	Gâmbia	+55
		Equador	+24	Birmânia/Myanmar	+37
		Etiópia	+21	Líbia	+36
		Armênia	+19	Fiji	+22

Declínios significativos na pontuação

2019–2020		2015–2020		2010–2020	
Sri Lanka	-21	Hong Kong	-34	Hong Kong	-47
Bielorrússia	-18	Brasil	-33	Índia	-38
Guiné	-18	Filipinas	-27	Brasil	-36
Hong Kong	-17	Polônia	-26	Nicarágua	-31
Eslovênia	-14	Nicarágua	-23	Filipinas	-28



“Voltar ao normal” não é uma opção; precisamos de uma reforma profunda de atitudes e instituições

Tendências globais

Os direitos de expressão e informação estiveram entre os primeiros vértices impactados pela pandemia. Algumas restrições aos direitos humanos foram necessárias por motivos de saúde pública — mas muitos governos usaram a pandemia como uma cortina de fumaça para limitar a liberdade de expressão e esmagar a oposição.

Muitos governos pareceram mais interessados em controlar a narrativa do que em controlar o próprio vírus. Dois terços dos países impuseram restrições à mídia em resposta à pandemia. Essa foi a violação à democracia mais comum medida pelo V-Dem.

Em 2020, 62 jornalistas foram mortos e houve um número recorde de prisões (274). Jornalistas, blogueiros e denunciadores foram presos (muitas vezes de forma arbitrária), detidos e processados por criticar as respostas dos governos à COVID-19. A China, a Turquia e o Egito foram os países que mais prenderam pessoas.

As prisões quadruplicaram de março a maio de 2020, e o assédio e os ataques físicos aumentaram em todo o mundo — do Brasil à Itália, Quênia, Senegal e Nigéria. Jornalistas, blogueiros/as, defensores/as de direitos humanos e ativistas políticos/as foram intimados a comparecer em interrogatórios e presos por expressarem opiniões sobre a COVID-19 ou compartilhar informações, inclusive na Palestina, Polônia, Madagascar, Essuatíni, Índia, Tunísia, Níger e Camarões. Os denunciadores foram protegidos de forma inadequada e, em muitos casos, foram silenciados pelo próprio governo.

A maior parte dessa violência e assédio aconteceu em um contexto de total impunidade. A maioria dos assassinatos de jornalistas nem chega às manchetes da mídia internacional. Mesmo os que chegam, como o caso de [Jamal Khashoggi](#) (os investigadores da ONU no caso de Khashoggi [enfrentaram ameaças de morte](#)), Ján Kuciak e

Daphne Caruana Galizia não obtêm justiça — mesmo havendo oficiais de alto escalão do governo implicados em suas mortes.

O vírus também representou um novo risco para jornalistas: a própria infecção pela COVID-19. Muitos não receberam proteção adequada.

O assédio a jornalistas mulheres em todas as regiões do mundo continua a ser [um problema grave](#), acentuado pela migração da comunicação para o mundo online (onde o assédio é comum, muitas vezes possibilitado ou estimulado pelo anonimato e pela impunidade) durante a pandemia. Em 2020, observou-se que [três quartos das jornalistas mulheres](#) foram vítimas de abuso e assédio online.



Defensores de direitos humanos também estão sob ataque. Pelo menos 331 foram mortos em 2020, 69% dos quais trabalhavam com direitos dos povos indígenas ou direito à terra.

Nos cinco países com maior área de floresta tropical do mundo — Brasil, Colômbia, República Democrática do Congo, Indonésia e Peru — os governos para reverter leis, regulamentos e salvaguardas sociais e ambientais, priorizando megaprojetos e exploração dos direitos das comunidades. A maioria das mortes de defensores de direitos humanos ocorreu na América Latina. Só a Colômbia foi responsável por 53% dos assassinatos de defensores de direitos humanos do mundo todo.

O Acordo de Escazú [entrou em vigor em novembro de 2020](#), trazendo esperanças de mudança — é o primeiro tratado ambiental na América Latina e no Caribe, e o primeiro a incluir disposições específicas sobre defensores dos direitos humanos ambientais. No entanto, embora signatários, dois dos países mais perigosos para os defensores ambientais — o Brasil e a Colômbia — ainda não ratificaram o acordo.

Muitos governos usaram a pandemia em tentativas de justificar novos limites à liberdade de expressão e de protesto, com uma enxurrada de novas leis e regulamentações — pelo menos [57 sobre liberdade de expressão e 147 sobre protestos](#). Acelerando as tendências de anos anteriores, proliferaram as legislações primárias e secundárias sobre “discurso de ódio” e desinformação, bem como as falhas de transparência e o tratamento brutal de protestos. Em 2020, 34 jornalistas foram presos pelo crime de “notícias falsas”, em comparação com 31 em 2019.

À medida que a pandemia empurrava grande parte do mundo para a Internet em busca de interação e troca social, profissional, educacional e econômica, os direitos digitais sofreram numerosos ataques. Mais governos do que nunca recorreram a [desligamentos e restrições de acesso à Internet](#) — ocorreram pelo menos [155 desligamentos em 29 países](#). Novas leis restringindo o discurso online, sob o pretexto de lidar com questões como “cibercrime” ou “incitamento”, proliferaram e foram aplicadas de forma abusiva, visando comunicadores online e o discurso crítico.

A pandemia e as medidas tomadas para enfrentá-la forçaram uma dependência cada vez maior do espaço digital, que é desigual e pelo qual ninguém é responsável, reforçando as desigualdades do mundo real e ampliando a discriminação.

A exclusão digital continua a aumentar: as pessoas que não têm acesso à Internet — que são um número desproporcional de mulheres, povos indígenas e comunidades rurais — depararam-se com a falta de acesso a informações importantes sobre a pandemia.

Muitas autoridades também silenciaram a expressão criativa. A sátira, as artes visuais e a música foram alvo de governos em todo o espectro GxR. Da Espanha a Cuba, onde o Coletivo San Isidro, um grupo de artistas performáticos que tem enfrentado anos de assédio, fez greve de fome em 2020, interrompida por uma batida policial feita com base em falsas acusações de violação das regulamentações da pandemia.



Das 620 violações da liberdade de imprensa registradas globalmente nos primeiros 14 meses da pandemia, 34% foram ataques físicos e verbais a jornalistas; 34% foram prisões de jornalistas ou acusações contra jornalistas e organizações de mídia feitas por governos; e outros 14% foram restrições impostas pelos governos ao acesso à informação.

No mundo todo, mais de 300 artistas foram arbitrariamente detidos, processados ou condenados à prisão, principalmente por motivos políticos, como críticas a funcionários do Estado ou símbolos nacionais – especialmente acerca da pandemia.



A privacidade foi rotineiramente violada em 2020, com a normalização da vigilância e práticas inadequadas de dados sob o pretexto de monitorar o contágio ou impor o lockdown. Órgãos de governança da Internet, como a União Internacional de Telecomunicações e o Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos, também fizeram movimentos preocupantes em direção a padrões inadequados (por exemplo, o reconhecimento facial), apesar da total falta de pesquisa - ou mesmo de prova de eficácia. Leis e regulações que justificam a interceptação de comunicações digitais continuam a surgir no mundo todo, muitas vezes sem supervisão.

Muitos regimes insistiram no uso exclusivo de estatísticas e fontes governamentais (por exemplo, os Emirados Árabes Unidos), enquanto denunciante foram atacados e despedidos no mundo todo por relatar as situações frequentemente terríveis que encontraram em seus locais de trabalho (por exemplo, no Reino Unido e na Polônia). Um dos efeitos mais graves da pandemia foi (e continuará a ser) econômico.

Embora a mídia tradicional tenha recuperado a confiança do público, globalmente, houve muitas demissões, cortes salariais e redução na capacidade da mídia de realizar jornalismo de interesse público. Só em Bangladesh, por exemplo, 1.600 jornalistas perderam o emprego. Os “desertos de notícias”, que têm surgido há anos no mundo todo, agora estão se propagando em taxas alarmantes à medida que os meios de comunicação locais vão à falência.

O aperto econômico afeta todo o espaço cívico, mas impacta as mulheres comunicadoras e ativistas de forma desproporcional. Os cortes nos serviços públicos e nas ONGs também atingiram as mulheres de maneira particularmente forte. Por exemplo, fundos de serviços contra a violência doméstica foram cortados ou até mesmo desviados diretamente para programas de combate à COVID-19.

A privacidade foi rotineiramente violada em 2020, com a normalização da vigilância e práticas inadequadas de dados sob o pretexto de monitorar o contágio ou impor o lockdown. Órgãos de governança da Internet,

como a União Internacional de Telecomunicações e o Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos, também fizeram movimentos preocupantes em direção a padrões inadequados (por exemplo, o reconhecimento facial), apesar da total falta de pesquisa - ou mesmo de prova de eficácia. Leis e regulações que justificam a interceptação de comunicações digitais continuam a surgir no mundo todo, muitas vezes sem supervisão.



O ano também foi marcado por amplo sigilo governamental, estatísticas manipuladas, mortes ocultas e contratos duvidosos. Houve uma grave falta de transparência nos números dos casos e na extensão dos surtos (por exemplo, no Brasil, Irã e Bielorrússia); e punições severas para aqueles que revelaram números alternativos.

A democracia em meio ao coronavírus

Nos últimos dez anos, assistimos a uma tendência à autocracia no mundo todo, com esvaziamento das instituições democráticas, ataques à mídia e à sociedade civil e corrosão do sistema de freios e contrapesos dos poderes executivos em sociedades polarizadas, com oposição e supervisão enfraquecidas.

A emergência de saúde pública foi vista como uma desculpa para limitar a democracia e centralizar o poder, como uma cortina de fumaça para tomadas de poder. Essa troca supostamente necessária entre os direitos humanos e a vida humana é uma falácia, tanto em termos de regimes autocráticos quanto populistas.

“ **A pandemia acelerou essas tendências. De acordo com dados do V-Dem, o nível de democracia desfrutado pelo cidadão médio global em 2020 caiu para os mesmos níveis encontrados pela última vez por volta de 1990, e 68% da população mundial vive atualmente em autocracias, contra 48% em 2010.**

Nada menos que 95 países (66%) cometeram violações moderadas ou graves à democracia durante esse período.

A gestão da pandemia foi caracterizada por uma combinação de legislações precipitadas e táticas que transferiram o poder para os executivos; corroeram o sistema de freios e contrapesos; não definiram adequadamente termos como “pandemia”, “fake news” e “causar pânico”; e implementaram penalidades criminais desnecessárias.

Desinformação, informação errônea e notícias falsas

No Irã, centenas de pessoas morreram depois de tomar metanol, que mensagens nas redes sociais diziam ter curado outras pessoas do coronavírus. O impacto da desinformação é resultado de uma crise da expressão. Seu efeito foi mais considerável devido ao ambiente fragmentado de informações que encontrou, caracterizado por pluralismo reduzido, crise de confiança na mídia e falta de alfabetização midiática, bem como uma infinidade de causas sociais e cenários políticos polarizados.

“ **A desinformação não é algo novo e será uma questão-chave para os direitos de expressão e informação muito depois que a pandemia passar, mas a disseminação global da COVID-19 tornou-a uma questão de vida ou morte.**

A questão fica ainda mais complexa quando a desinformação é criada ou disseminada pelo próprio governo. As campanhas de desinformação do Estado também prevalecem — uma nova forma de propaganda com riscos mais altos do que nunca em um ambiente de pandemia.

Em outros casos, a desinformação vem de indivíduos que ocupam posições relevantes — até mesmo chefes de governo, como Jair Bolsonaro — geralmente por meio de contas pessoais, em vez de oficiais, nas redes sociais. Esses indivíduos isolados podem ter um grande impacto na disseminação da desinformação. O presidente dos Estados Unidos foi provavelmente o maior impulsionador da “infodemia” de informações errôneas sobre a COVID-19 em língua inglesa.

A melhor abordagem é aquela baseada em direitos humanos. Há evidências crescentes de que essa desinformação tende a prosperar onde os direitos humanos são limitados, onde o regime de informação ao público não é robusto e onde a qualidade, diversidade e independência da mídia são fracas.

Se o problema da “desinformação” é a imprecisão, as “fake news” são desastrosamente imprecisas, tornando-se um grito de guerra útil para déspotas e autocratas populistas, muitas vezes para deslegitimar a verdade. Donald Trump popularizou essa expressão durante seu mandato presidencial, mas, desde então, ela foi normalizada no mundo todo. **A desinformação vem em muitas formas diferentes, de muitas fontes distintas e faz muitas afirmações diferentes. Frequentemente, ela reconfigura o conteúdo existente ou verdadeiro, em vez de fabricá-lo em larga escala — e, quando o conteúdo é manipulado, ele é editado com ferramentas simples. A desinformação se espalhou rapidamente nas redes sociais e aplicativos de mensagens durante a pandemia. A desinformação mais perigosa tem sido as teorias de conspiração sobre minorias étnicas que espalham a doença e o discurso de ódio, traduzidas em discriminação e violência no mundo real, remédios caseiros espúrios para a prevenção ou cura do vírus e propaganda — tanto por autoridades políticas nacionais quanto estrangeiras.**

País em foco: Brasil



Categoria



A liberdade de expressão é protegida sob o Título II, Capítulo I, Art. 5 da Constituição. O Brasil ratificou o PIDCP em 1992.

Ficha Técnica

Pontuação GxR

52
Restrito

Capital

Brasília

População

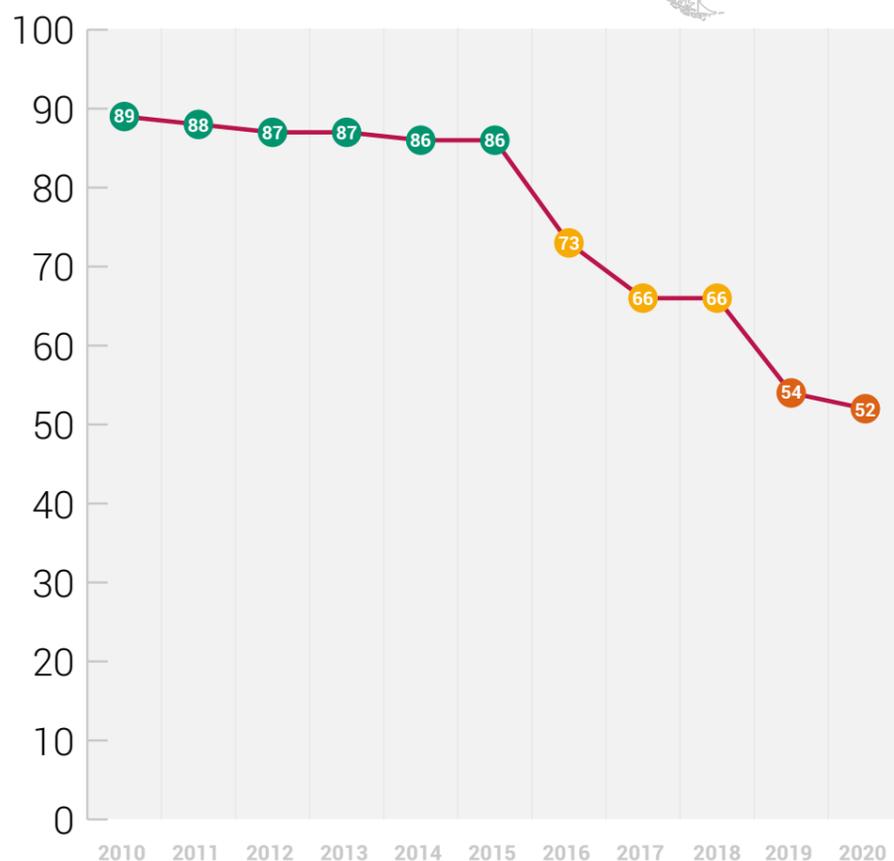
213 milhões

PIB per capita

US\$ 8,700

Classificação Global

86/161



Nos últimos cinco anos, o Brasil deixou de ser um dos países com maior pontuação mundial para ser considerado uma crise de democracia e expressão – e agora também uma crise de saúde pública. O Brasil é a perfeita avalanche contemporânea de problemas de expressão: populismo autocrático, desinformação, desigualdade severa e controle tecnológico. A pandemia consolidou as tendências observadas no último ano.

Em 2020, o ambiente sitiado da expressão no Brasil possibilitou a disseminação de narrativas negacionistas e falsas sobre o vírus, em relação ao qual o próprio presidente se referiu como “uma gripezinha” ao mesmo tempo em que promove discursos antivacinas e anti-isolamento, piorando as taxas de infecção e causando uma crise de informação com discursos altamente polarizados. Desde que assumiu o cargo, em janeiro de 2019, o presidente Bolsonaro fez 2.187 declarações falsas ou distorcidas – uma média de três por dia – embora o volume diário de desinformação tenha sido significativamente maior em 2020, em meio à pandemia, à crise econômica e às eleições municipais.

A população tem sido sistematicamente silenciada ao criticar a gestão da pandemia, com um arsenal de medidas judiciais. A Lei de Segurança Nacional, da era da ditadura militar, foi usada como arma contra manifestantes e jornalistas que desafiaram o presidente por sua falta de ação, mesmo com o aumento das evidências do escopo da emergência da COVID-19.

Houve 254 violações contra jornalistas e comunicadores em 2020. Destas, quase 50% (123 violações) foram perpetradas por agentes públicos, enquanto 18% (46 casos) foram violações racistas, sexistas ou preconceituosas contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, queer ou intersexo (LGBTQI+).

Houve 20 casos de violações graves (homicídios, tentativas de homicídio e ameaças de morte) em 2020. As ameaças contra jornalistas mulheres, negros e LGBTQI+ aumentaram, bem como contra os meios de comunicação que cobrem questões de direitos humanos e ambientais.

O discurso estigmatizante tem sido uma característica definidora do regime de Bolsonaro: em agosto, o presidente ameaçou socar o rosto de um repórter; em março, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, descreveu os meios de comunicação como “sórdidos” e “tóxicos” e exortou os brasileiros a desligarem a televisão.

Em 2020, a ARTIGO 19 registrou 464 declarações públicas que atacavam ou deslegitimavam jornalistas e seu trabalho feitas pelo Presidente da República, seus ministros ou seus assessores próximos. Os filhos de Bolsonaro, que ocupam cargos públicos, perpetraram muitos ataques. Essas atitudes influenciam as autoridades locais e se manifestam em atitudes, assédio e ações judiciais contra jornalistas. Esse nível de agressão pública não era visto desde o fim da ditadura

militar. A crescente hostilidade social contra jornalistas e seus efeitos desencorajadores não devem ser subestimados.

No início de junho de 2020, vários meios de comunicação — incluindo O Globo, Folha e Metrôpoles — anunciaram que seus jornalistas não fariam mais coberturas jornalísticas nas imediações da residência presidencial devido ao alto risco de ataques por parte dos apoiadores de Bolsonaro.

Houve um aumento exponencial dos ataques na esfera digital, principalmente nas redes sociais. Das 254 violações observadas em 2020, pelo menos 83 (33%) foram perpetradas online, com as mulheres sendo atacadas de forma desproporcional.

O atual governo brasileiro busca a destruição do espaço cívico por meio do enfraquecimento da participação e da manifestação social. Há um intenso esforço legislativo para criminalizar a ação política. Além dos inúmeros projetos de lei que buscam ampliar a Lei Antiterrorismo (Lei nº 132.60/2016), o governo brasileiro e seus apoiadores têm feito uso frequente da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7170/1983) - formulada durante o período ditatorial - para fins de perseguição política, especialmente contra comunicadores e ativistas.

Além de silenciada, a população foi privada de informações verdadeiras. A administração de Bolsonaro repetidamente tentou ocultar do público o número de casos e as informações sobre a COVID-19. O ministro da Saúde foi até mesmo demitido por defender as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Também há evidências de campanhas intencionais de desinformação pelo Estado sobre respostas à COVID-19, mesmo em meio a tentativas espúrias de controlar as fake news com uma nova legislação que viola direitos.

Durante 2020, Bolsonaro emitiu 1.682 declarações falsas ou enganosas — uma média de 4,3 por dia. O presidente promoveu remédios e tratamentos cuja eficácia não é comprovada, inclusive defendendo o uso da hidroxicloroquina (um produto químico perigoso e sem benefício médico comprovado contra a COVID-19) em pelo menos 28 ocasiões.

Depois que Bolsonaro suspendeu os prazos para as agências governamentais responderem aos pedidos de informação pública e para os (as) cidadãos (as) apelarem dos pedidos recusados, a Suprema Corte anulou essas ordens. No entanto, os obstáculos institucionais que Bolsonaro projetou e promoveu nos últimos anos criaram um ambiente de informação extremamente restrito.

Na pesquisa da ARTIGO 19, 35% dos pedidos de informação foram respondidos com informações incorretas, 25% foram respondidos com informações

intencionalmente errôneas, 20% foram respondidos com informações censuradas e 5% foram respondidos com informações parciais — apenas 15% dos pedidos de informação foram respondidos na íntegra.

O poder legislativo do Brasil tomou medidas para reduzir o espaço cívico ao aprovar leis sobre segurança nacional e sobre o direito de protestar e ao extinguir mecanismos de participação pública que existiam há 20 anos, incluindo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Esse tipo de ataque a órgãos públicos importantes tem alimentado o crescimento exponencial da discriminação, da desigualdade e da pobreza entre as populações vulneráveis. As comunidades indígenas no Brasil estão particularmente sob ataque. Os povos originários lutam pela sobrevivência, no sentido de expressarem sua cultura, sua tradição e sua língua — assim como seus territórios tradicionais, inclusive na floresta amazônica.

Na verdade, o desprezo de Bolsonaro pelos povos indígenas foi tão grave que recebeu atenção do Tribunal Penal Internacional, onde ele pode enfrentar acusações.

As eleições municipais ocorreram em novembro de 2020 em um ambiente extremamente hostil à liberdade de expressão, caracterizado por inúmeras agressões contra políticos — bem como contra jornalistas e imprensa — que defendiam uma agenda de direitos humanos.

Houve pelo menos 15 casos de violação da liberdade de expressão relacionados ao período eleitoral entre 14 de outubro e 17 de novembro de 2020 - 16% do total observado no ano (42 casos). Esses dados mostram que deve ser dada atenção especial à cobertura do próximo período eleitoral (2022), que, ao que parece, será pelo menos tão polarizado quanto o anterior.

Sobre o Relatório Global de Expressão

Com o Relatório de Expressão Global deste ano, convidamos os leitores e as leitoras a explorar os dados e a análise das seguintes maneiras.

O Capítulo 1 analisa o panorama geral — as principais mudanças de expressão reveladas pelos dados ao longo de um período de dez anos. Esta seção traz uma visão da estrutura da métrica, da gama de dados e das maiores mudanças de categoria, em termos geográficos. Também apresenta visões gerais analíticas das tendências.

Do Capítulo 2 ao Capítulo 6, são examinados cinco diferentes contextos regionais de expressão e, em particular, observa-se onde as tendências de avanço e de queda são visíveis.

A análise apresentada em cada um dos capítulos regionais é baseada na pesquisa documental de uma ampla gama de publicações e organizações, incluindo nosso próprio trabalho.

Os links ativos para as fontes são fornecidos no próprio texto, e não como notas de rodapé. Os gráficos ilustram o desempenho de cada país e região ao longo do mesmo período de tempo considerado no Capítulo 1.

Todos os gráficos consideram uma escala de 0–100, exceto os gráficos das figuras 10, 11, 12 e 13, no Capítulo 1.3, que medem pontuações para democracia e o contexto mais amplo para expressão. Esses gráficos seguem uma escala diferente, porque esses indicadores não fazem parte da métrica geral, mas nos ajudam a entender melhor o contexto da pontuação de liberdade de expressão, ou seja, a facilidade de acesso à informação (mídia) e a eficácia das estruturas em relação à expressão, como a prestação de contas.

Em todas as tabelas de dados, as pontuações dos países são organizadas em ordem decrescente, com os países com pior desempenho no topo.

A metodologia detalhada dessa métrica é apresentada no Anexo 1. Essa seção explica os conjuntos de dados analisados e como a métrica foi construída. O Anexo 2 lista os dados GxR para cada um dos 161 países.

Esperamos que você ache a métrica GxR acessível e informativa.

Anexo 1: Metodologia

Desenvolvimento da métrica GxR

O conjunto de dados completo do V-Dem inclui mais de 600 índices e indicadores que medem diferentes aspectos da democracia em todo o mundo.

As análises deste ano incorporam o conjunto de dados do V-Dem e o Índice de Violações do Padrão Democrático Devido à Pandemia.

Na produção do Relatório GxR, a ARTIGO 19 selecionou os 25 indicadores descritos a seguir que melhor correspondem à nossa visão ampla e holística da liberdade de expressão. Esses indicadores foram incluídos em um modelo de medição bayesiana para países com dados disponíveis de 2000 a 2020 a fim de criar nossa métrica, a GxR.

O V-Dem se baseia na experiência teórica e metodológica de sua equipe mundial para produzir dados da maneira mais objetiva e confiável possível. Aproximadamente metade dos indicadores no conjunto de dados do V-Dem são baseados em informações factuais obtidas em documentos oficiais, como constituições e registros governamentais. O restante consiste em avaliações mais subjetivas sobre temas como práticas democráticas e de governo e conformidade com leis e normas. Em tais questões, normalmente cinco especialistas fornecem classificações

para o país, área temática e período de tempo para o qual têm experiência.

Para lidar com a variação nas classificações do codificador, o V-Dem trabalha em estreita colaboração com os principais especialistas em metodologia de pesquisa em ciências sociais, e desenvolveu um modelo de medição bayesiana que, na medida do possível, trata o erro do codificador e questões de comparabilidade entre os países e ao longo do tempo. Dados adicionais (incluindo mudanças de pontuação do codificador em anos anteriores) são incorporados em cada atualização, o que melhora o modelo geral.

Para v11, a equipe mudou alguns procedimentos de interpolação/redução, o que melhorou as pontuações no final da série temporal, e também melhorou o método de cálculo da análise fatorial bayesiana usada para calcular o índice GxR.

O GxR de cada país situa-se entre 0 e 1. Ao longo do relatório, calculamos a variação real da pontuação nos principais períodos de tempo. Redimensionamos esse valor e o arredondamos para apresentar o GxR como um número inteiro (0–100) em todo o relatório. Os países são classificados em sua respectiva categoria de expressão com base nesse número final inteiro. No entanto, as mudanças na pontuação que analisamos para identificar declínios/avanços significativos na expressão são calculadas a partir dos valores da escala original (em contraste com os números inteiros arredondados relatados).

NB: A ARTIGO 19 México tem sua própria metodologia para monitorar a situação da liberdade de expressão no país e não está incluída em nossas classificações GxR, nem em nenhuma análise que use essa métrica.

Períodos-chave analisados

Também observamos as mudanças na pontuação GxR ao longo do tempo em três períodos: o último ano (2019–2020), os últimos cinco anos (2015–2020) e os últimos dez anos (2010–2020). Para cada período de tempo, identificamos os países que apresentam melhora ou deterioração significativa e holística, definida por uma mudança significativa na pontuação ao longo do período.

Mudanças anuais nos indicadores do GxR

Para entender as mudanças anuais nos indicadores de forma global, calculamos a variação percentual para cada ano entre 2010–2020 a partir da média global de cada um dos indicadores individualmente. A média global foi calculada usando a escala ordinal para cada um dos indicadores (exceto a liberdade de debate para homens e mulheres, que é um índice). Identificamos indicadores cujo declínio no último ano esteja fora da variação média anual da década e os comparamos com as mudanças que vimos durante a pandemia (2019–2020). Por exemplo, enquanto as mudanças nos indicadores identificados eram estáveis entre

2010–2019 (em média), e no ano anterior haviam registrado pouca ou nenhuma mudança, houve uma queda na pontuação dessas medidas entre 2019–2020.

Os maiores ganhos e perdas por indicador ao longo dos períodos de tempo também foram calculados a partir da escala ordinal. Também identificamos os melhores e piores países em cada indicador do GxR, classificando os países por sua pontuação no indicador. Para maximizar a variação entre essas pontuações, usamos estimativa de ponto para esta análise.

Examinando como as mudanças nos indicadores do GxR se relacionam com as mudanças na pontuação GxR geral

Realizamos análise de regressão para identificar as mudanças nos indicadores que estavam mais intimamente ligados às mudanças gerais nas pontuações GxR ao longo dos três períodos de tempo (ver tabela abaixo). Identificamos que os indicadores-chave cuja pontuação mudou durante cada um dos períodos-chave de tempo estavam significativamente relacionados às mudanças na pontuação GxR durante o mesmo período, ou seja: nos pontos em que esses indicadores se movem, a pontuação tende a se mover como um todo.

Os indicadores estão mais intimamente ligados às mudanças gerais na pontuação GxR

2019–2020	2015–2020	2010–2020
Liberdade de debate	Esforços de censura pelo governo	Repressão de OSC*
Liberdade de expressão acadêmica e cultural	Liberdade de debate	Liberdade de debate
Esforços de censura da Internet	Repressão de OSC*	Esforços de censura pelo governo
Esforços de censura pelo governo	Entrada e saída de OSC	Entrada e saída de OSC
Sociedade engajada	Liberdade de expressão acadêmica e cultural	Esforços de censura da Internet
Entrada e saída de OSC	Detenções por conteúdo político	Consulta a OSC
	Esforços de censura da Internet	Censura de redes sociais pelo governo na prática
	Assédio de jornalistas	Sociedade engajada
		Liberdade de expressão acadêmica e cultural

Liberdade de expressão acadêmica e cultural

Nota: *OSC = organização da sociedade civil

Para essas análises, foram utilizados os indicadores em sua escala ordinal. Modelos de regressão foram desenvolvidos para cada período para examinar a relação entre a mudança na pontuação de cada indicador (mantendo todo o resto constante) e a mudança de GxR para aquele período. Em seguida, conduzimos uma análise de Pesos Relativos de Johnson para quantificar a importância relativa das variáveis preditoras correlacionadas na análise de regressão (ou seja, a proporção da variância na mudança do GxR justificada pela mudança nas variáveis indicadoras). No relatório, identificamos os indicadores que foram estatisticamente significativos no modelo de regressão e que contribuíram com mais de 5% para o ajuste geral do modelo (com base na dominância estatística padronizada).

Explorando a relação entre o GxR e as violações dos padrões democráticos ao longo da pandemia

Neste relatório, também começamos a explorar o papel das violações à democracia em relação à liberdade de expressão durante a pandemia. Para isso, realizamos uma correlação de pares para entender a força e a direção da relação linear entre o GxR de 2020 e as violações dos padrões democráticos entre março e setembro daquele ano. Como executamos múltiplos testes de pares em um único conjunto de dados, empregamos a correção de Bonferroni para reduzir as chances de obter resultados falso-positivos (erros do tipo I).

O índice de violações do padrão democrático devido à pandemia mede até que ponto as respostas do governo à pandemia de COVID-19 violaram os padrões democráticos para medidas de emergência. O índice é construído a partir de sete tipos de violações:

medidas discriminatórias

derrogação de direitos não derogáveis

aplicação abusiva

prazo ilimitado

limitações na legislatura

campanhas oficiais de desinformação

restrições das liberdades da mídia

No relatório, fornecemos uma análise mais aprofundada das restrições à liberdade da mídia no contexto da pandemia.

Anexo2: Lista completa das tabelas GxR

Lista completa de países para 2020, com classificação, região, população 2020, índice GxR 2020 e categoria de expressão 2020

Ranking	País	Região	2020 População	2020 GxR	Categoria de Expressão
1	Denmark	Europe and Central Asia	5,834,000	95	Aberto
2	Switzerland	Europe and Central Asia	8,633,000	95	Aberto
3	Norway	Europe and Central Asia	5,391,000	94	Aberto
4	Sweden	Europe and Central Asia	10,340,000	94	Aberto
5	Finland	Europe and Central Asia	5,529,000	94	Aberto
6	Belgium	Europe and Central Asia	11,543,000	92	Aberto
7	Estonia	Europe and Central Asia	1,325,000	92	Aberto
8	Ireland	Europe and Central Asia	4,983,000	92	Aberto
9	Uruguay	The Americas	3,474,000	92	Aberto
10	Latvia	Europe and Central Asia	1,894,000	91	Aberto
11	Canada	The Americas	37,916,000	90	Aberto
12	Germany	Europe and Central Asia	83,152,000	90	Aberto
13	New Zealand	Asia and the Pacific	5,018,000	90	Aberto
14	Italy	Europe and Central Asia	60,177,000	90	Aberto
15	Iceland	Europe and Central Asia	363,000	90	Aberto
16	Austria	Europe and Central Asia	8,915,000	90	Aberto
17	Portugal	Europe and Central Asia	10,254,000	89	Aberto
18	Costa Rica	The Americas	5,094,000	89	Aberto
19	Spain	Europe and Central Asia	47,133,000	89	Aberto
20	Netherlands	Europe and Central Asia	17,380,000	88	Aberto
21	Argentina	The Americas	45,350,000	88	Aberto
22	Dominican Republic	The Americas	10,848,000	87	Aberto
23	Czech Republic	Europe and Central Asia	10,690,000	86	Aberto
24	Jamaica	The Americas	2,961,000	86	Aberto
25	Lithuania	Europe and Central Asia	2,760,000	86	Aberto
26	France	Europe and Central Asia	67,202,000	86	Aberto
27	Slovakia	Europe and Central Asia	5,456,000	86	Aberto
28	United Kingdom	Europe and Central Asia	67,158,000	85	Aberto
29	Japan	Asia and the Pacific	125,769,000	85	Aberto
30	Greece	Europe and Central Asia	10,658,000	84	Aberto
31	United States of America	The Americas	330,139,000	83	Aberto
32	South Korea	Asia and the Pacific	51,727,000	83	Aberto
33	Australia	Asia and the Pacific	25,653,000	83	Aberto
34	Peru	The Americas	3,2972,000	83	Aberto
35	Cyprus	Europe and Central Asia	1,207,000	81	Aberto
36	Vanuatu	Asia and the Pacific	307,000	81	Aberto
37	Taiwan	Asia and the Pacific	Not available	81	Aberto
38	Chile	The Americas	19,116,000	80	Aberto
39	Armenia	Europe and Central Asia	2,963,000	80	Aberto
40	Malta	Europe and Central Asia	505,000	80	Aberto
41	Botswana	Africa	2,352,000	79	Pouco restrito
42	Ghana	Africa	31,073,000	79	Pouco restrito
43	Georgia	Europe and Central Asia	3,710,000	78	Pouco restrito
44	Romania	Europe and Central Asia	19,248,000	78	Pouco restrito
45	Senegal	Africa	16,744,000	75	Pouco restrito
46	Namibia	Africa	2,541,000	75	Pouco restrito

47	Mongolia	Asia and the Pacific	3,278,000	74	Pouco restrito
48	Sierra Leone	Africa	7,977,000	74	Pouco restrito
49	Slovenia	Europe and Central Asia	2,088,000	73	Pouco restrito
50	Paraguay	The Americas	7,133,000	73	Pouco restrito
51	Tunisia	Middle East and North Africa	11,819,000	72	Pouco restrito
52	Bulgaria	Europe and Central Asia	6,923,000	72	Pouco restrito
53	Moldova	Europe and Central Asia	2,656,000	71	Pouco restrito
54	South Africa	Africa	59,309,000	71	Pouco restrito
55	Liberia	Africa	5,058,000	70	Pouco restrito
56	Israel	Middle East and North Africa	9,198,000	70	Pouco restrito
57	Burkina Faso	Africa	20,903,000	70	Pouco restrito
58	Papua New Guinea	Asia and the Pacific	8,947,000	69	Pouco restrito
59	The Gambia	Africa	2,417,000	68	Pouco restrito
60	Croatia	Europe and Central Asia	4,041,000	68	Pouco restrito
61	Kosovo	Europe and Central Asia	1,795,000	68	Pouco restrito
62	North Macedonia	Europe and Central Asia	2,083,000	68	Pouco restrito
63	Timor-Leste	Asia and the Pacific	1,318,000	66	Pouco restrito
64	Ecuador	The Americas	1,764,3000	66	Pouco restrito
65	Poland	Europe and Central Asia	37,914,000	66	Pouco restrito
66	Guatemala	The Americas	16,918,000	66	Pouco restrito
67	Bosnia and Herzegovina	Europe and Central Asia	3,281,000	66	Pouco restrito
68	Honduras	The Americas	9,905,000	65	Pouco restrito
69	Malawi	Africa	19,130,000	65	Pouco restrito
70	Lesotho	Africa	2,142,000	64	Pouco restrito
71	Nigeria	Africa	20,614,0000	64	Pouco restrito
72	Montenegro	Europe and Central Asia	622,000	63	Pouco restrito
73	Benin	Africa	12,123,000	61	Pouco restrito
74	Albania	Europe and Central Asia	2,850,000	61	Pouco restrito
75	Kenya	Africa	53,771,000	61	Pouco restrito
76	El Salvador	The Americas	6,486,000	57	Restrito
77	Mali	Africa	20,251,000	57	Restrito
78	Niger	Africa	24,207,000	56	Restrito
79	Afghanistan	Asia and the Pacific	38,928,000	55	Restrito
80	Indonesia	Asia and the Pacific	273,524,000	54	Restrito
81	Hungary	Europe and Central Asia	9,743,000	54	Restrito
82	Haiti	The Americas	11,403,000	53	Restrito
83	Colombia	The Americas	50,883,000	52	Restrito
84	Gabon	Africa	2,226,000	52	Restrito
85	Brazil	The Americas	212,559,000	52	Restrito
86	Ukraine	Europe and Central Asia	44,119,000		Restrito
87	Bolivia	The Americas	11,673,000	51	Restrito
88	Mozambique	Africa	31,255,000	51	Restrito
89	Maldives	Asia and the Pacific	541,000	51	Restrito
90	Nepal	Asia and the Pacific	29,137,000	51	Restrito
91	Serbia	Europe and Central Asia	6,912,000	50	Restrito
92	Madagascar	Africa	27,691,000	49	Restrito
93	Ivory Coast	Africa	26,378,000	47	Restrito